

Avaliação da Universidade: Buscando uma Alternativa Democrática

Ana Maria Saul*

A avaliação da universidade é hoje uma questão candente. O debate nacional sobre o tema tornou-se público, ganhando espaço nas páginas dos jornais de maior circulação no país e ocupando o cenário de seminários nacionais e internacionais, promovidos pelos órgãos governamentais e pela academia.

Posições favoráveis e contrárias à avaliação institucional têm sido arduamente defendidas, evidenciando que a questão é polêmica.

A indagação mais fortemente divulgada discute se a avaliação da universidade deve ou não ser feita pela própria instituição.

A busca de respostas a esse questionamento polariza o debate. Deve-se cuidar para que tal debate não se torne eminentemente técnico, desfocando, assim, as questões de fundo que se situam a nível das dimensões políticas e teóricas da avaliação.

A avaliação da universidade precisa começar, fundamentalmente, colocando em pauta a discussão sobre a relevância dessa prática, ou seja, respondendo "a quem serve" a avaliação institucional.

Assim como avaliação da aprendizagem é considerada uma prática pedagógica importante quando entendida como inerente ao próprio processo de aprendizagem contribuindo, portanto, para o avanço do processo de produção de conhecimento, a avaliação institucional torna-se valiosa quando compreendida como dimensão do processo de desenvolvimento do projeto de universidade que assume um compromisso crítico-transformador em relação à sociedade.

Parece interessante aliar a essa perspectiva a reflexão sobre o conceito de "qualidade". Esse termo tem flutuado ao sabor dos grupos hegemônicos que o empregam, não existindo consenso sobre o mesmo. Por isso mesmo, é bom considerá-lo nessa análise. Não se advoga aqui a "qualidade" enquanto um "modelo ideal" de universidade, assumindo aprioristicamente, que insiste freqüentemente sobre aspectos formais de produção. Em

* Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

nome desse "modelo ideal" mesmo sem uma explicitação clara de seus horizontes e contornos é que se tem acusado a universidade de ter baixa qualidade.

Propõe-se aqui que a "qualidade" seja entendida, sobretudo, em seus aspectos políticos no sentido de busca da relevância de um projeto de universidade. Buscar essa relevância implica em mergulhar em uma reflexão que possa explicitar qual é o compromisso da universidade brasileira hoje, no atual momento sócio-político em que vivemos e qual deve, portanto, ser o seu papel social rumo a uma sociedade mais justa, democrática e moderna.

A avaliação, nesse contexto de análise torna-se, portanto, uma prática que vai muito além da atribuição de méritos aos aspectos formais das atividades de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidas pela universidade. A avaliação que aqui se propõe, questiona a relevância da produção da universidade numa perspectiva que se opõe a propósitos tecno-burocráticos e autoritários. Visa a engajar os agentes da ação educativa, na universidade, num processo de auto-crítica e de transformação, comprometendo-os com o delineamento e com a execução de um projeto de universidade onde a participação garanta o envolvimento daqueles que vivem o cotidiano da universidade, na sua construção e/ou reconstrução.

Considerando a necessidade de que a avaliação ganhe cada vez mais níveis de exterioridade, tornando públicos os seus critérios e os seus resultados, frente à sociedade, defendo que o processo de avaliação institucional deve ter o seu fulcro na auto-avaliação.

A "auto-avaliação" ou "avaliação interna" implica reconhecer essa abordagem avaliativa como um processo crítico-transformador e não como uma tarefa técnico-burocrática. Vale dizer que pela "janela" da avaliação, assim entendida, é possível avançar rumo a uma proposta acadêmico-científica que será o "ponto de chegada" desse processo. A "auto-avaliação", como aqui é proposta, opõe-se aos pressupostos teórico-metodológicos e dogmáticos dos modelos clássicos de avaliação educacional, tão comumente divulgados em nossa literatura educacional e amplamente utilizados em nossa prática. Essa prática, no entanto, tem sido marcada pela "avaliação burocrática" eminentemente quantitativa que tem servido mais aos propósitos de manutenção do "status quo" do que aqueles de aperfeiçoamento significativo da política e da prática universitárias. Ressalte-se aqui o fato de que o desconhecimento de propósitos e critérios, por parte do avaliado, torna o processo avaliativo ameaçador em vez de estimulante, o que possivelmente reforça o fato de não utilização dos resultados do mesmo.

A auto-avaliação que se propõe, levada a efeito pelos próprios agentes que vivem o cotidiano da universidade, deve ter "caráter emancipador". É, portanto, de natureza político-pedagógica incorporando uma perspectiva crítico-transformadora como fundamento e uma prática democrática enquanto processo.

O compromisso principal dessa abordagem é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas no processo educativo das instituições de ensino escrevam a sua "própria história" e gerem as suas próprias alternativas de ação. Essa posição destaca o compromisso com a transformação da universidade que temos na universidade que necessitamos. Tal transformação deve estar direcionada para a construção de uma sociedade democrática, justa e voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A par de explicitar esta "vontade política" que expressa a serviço "de que" e de "quem" deve estar a avaliação da universidade, um processo de "auto-avaliação" tem a característica de ser "formativo" no sentido de buscar revisões e reformulações da ação educativa que se desenvolve na instituição permitindo incorporá-lo a "curto prazo", ou

seja, enquanto a própria avaliação está em processo. Garante-se, assim, o equilíbrio da "ação-reflexão-ação".

Levar adiante um processo dessa natureza requer, ao lado da concordância com os princípios da proposta, um envolvimento sério e competente no desenvolvimento da mesma. O procedimento inclui o confronto com questões complexas. A questão da definição de critérios de avaliação, por exemplo, é um ponto nevrálgico em relação ao qual a "avaliação interna" é criticada.

A fixação de critérios requer um enfrentamento responsável por parte da comunidade acadêmica. É necessário ter presente, como norte, a relevância social da produção da universidade. É indispensável, porém, que essa "relevância" seja visivelmente construída e reconhecida pelo coletivo que vive o dia-a-dia da instituição, em intercâmbio contínuo com o conjunto das demais instituições universitárias e com as instâncias que, no momento, definem a política e avaliam a universidade. Essa posição reage, também, contra o temor de "pecar contra a objetividade" assumindo a "subjetividade necessária" nos estudos avaliativos. Não é demais lembrar aqui que os critérios externos gerados por avaliadores que estão "à distância" da instituição não deixam de ser subjetivos, uma vez que expressam os valores desse grupo. A polêmica dicotomia "objetividade-subjetividade" dos critérios de avaliação coloca-se, pois, como falsa polarização. Sem dúvida, na história da nossa prática avaliativa há pontos comuns que podem e devem ser considerados, qualquer que seja a modalidade de avaliação, em relação aos quais parece haver consenso, até mesmo em diferentes áreas de conhecimento, sobre "condições mínimas" indispensáveis para o bom funcionamento da universidade.

A questão central de "quem avalia" é, portanto, antes política do que técnica. Investir na avaliação interna é um caminho que pode se revelar potente na transformação da universidade. Assumi-lo significa valorizar o fato de que cada instituição precisa e deve fazer o seu "retrato sem retoques" à luz da reflexão do papel da universidade em nossa sociedade. A partir daí, a ela compete, principalmente, analisar esse "retrato sem retoques" de forma crítica, através da tela de critérios legítimos, visíveis e cuidadosamente construídos. Isso permitirá à instituição identificar os "nós" que precisa desatar em seu contexto de ensino, pesquisa e serviços. Criar coletivamente e comprometer-se com um projeto educacional de superação desses "nós" é a necessidade conseqüente. Enfim, empenhar-se na luta pela implantação desse projeto a nível institucional e do poder público evidencia a responsabilidade urgente que deve ser assumida.